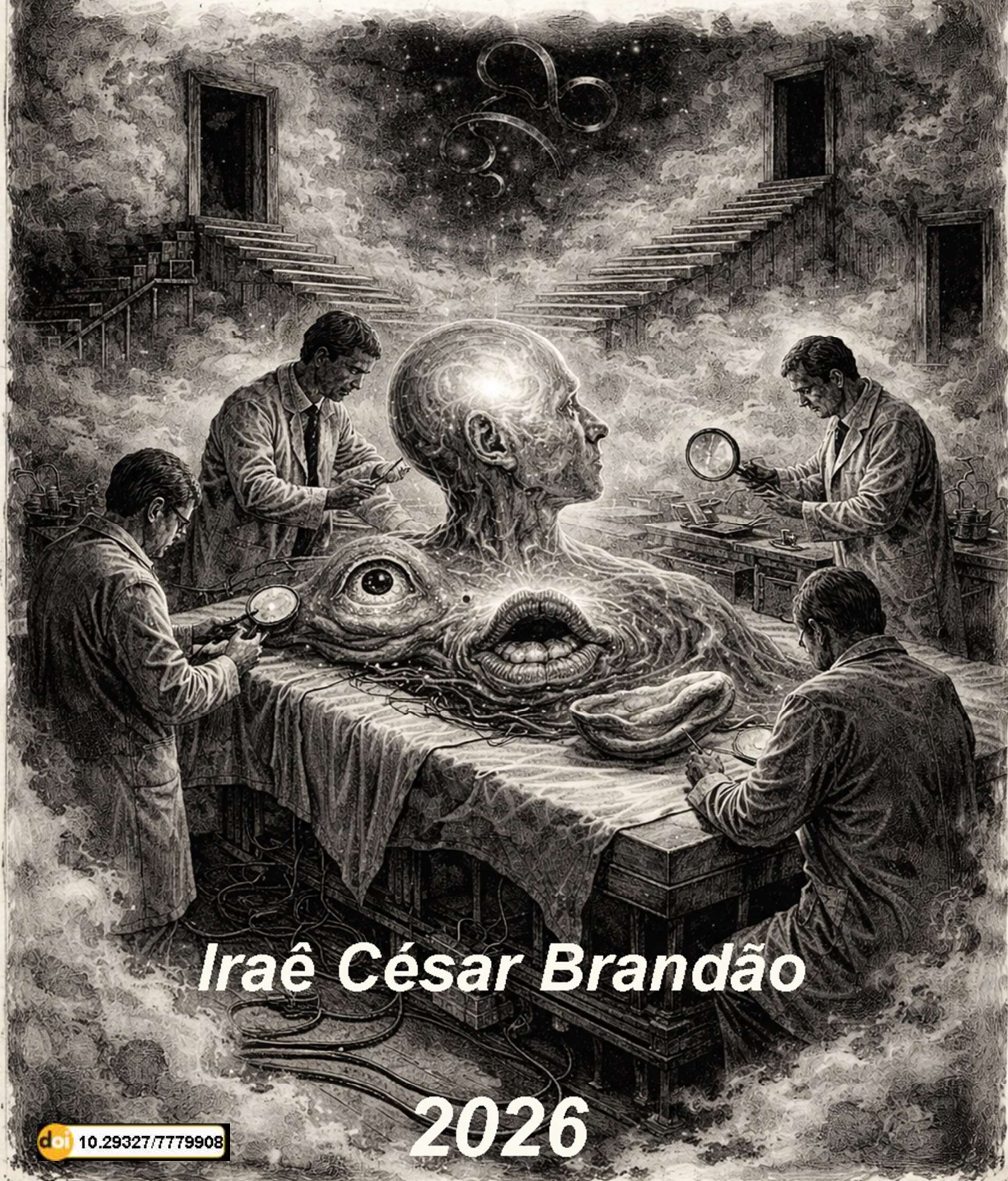


A AUTÓPSIA DOS SENTIDOS

- ONDE O INDIZÍVEL HABITA E A RAZÃO SE DESORIENTA



Iraê César Brandão

2026

doi 10.29327/7779908

A Autópsia dos Sentidos: Onde o indizível habita e a razão se desorienta

The Autopsy of the Senses: Where the unspeakable dwells and reason becomes disoriented

Iraê César Brandão^{il}

¹administrativo@iraecbrandao.com.br

 ¹<https://orcid.org/0000-0002-2079-0615>

RESUMO: Este ensaio situa-se no campo da metafilosofia e da filosofia do sentido, propondo uma investigação sobre os limites e as possibilidades do pensamento quando confrontado com formas paradoxais de significação. O problema central consiste em examinar se o sentido pode ser produzido fora das coordenadas clássicas de identidade, localização e mensuração, especialmente quando mobiliza noções como indizível, não-lugar e nada. O objetivo geral é analisar o estatuto do sentido sob condições de desestabilização conceitual, tendo como objetivos específicos: (i) compreender o papel do paradoxo como operador filosófico; (ii) examinar o indizível como espaço de produção de sentido; e (iii) avaliar os limites da razão quando deslocada de seus referenciais habituais. A metodologia adotada é teórico-reflexiva e meta-epistemológica, estruturada pela metáfora da autópsia dos sentidos, concebida como dispositivo conceitual de dissecação analítica das operações internas do pensamento, assumidamente provisória e sem pretensão de fechamento sistemático. A investigação apura que o paradoxo não constitui mera falha lógica, mas uma estrutura produtiva capaz de reconfigurar o campo do sentido. Como resultado, este estudo sugere que a razão, ao ser deslocada de suas coordenadas clássicas, não entra em colapso, mas, ao contrário, expande seu horizonte investigativo, especialmente por meio de sua capacidade de habitar o indizível e manter a abertura permanente do pensar.

Palavras-chave: Paradoxo; Indizível; Não-lugar; Metafilosofia; Sentido.

ABSTRACT: *This essay is situated in the field of metaphilosophy and the philosophy of meaning, proposing an investigation into the limits and possibilities of thought when confronted with paradoxical forms of signification. The central problem consists of examining whether meaning can be produced outside the classical coordinates of identity, location, and measurement, especially when it mobilizes notions such as the unspeakable, non-place, and nothingness. The general objective is to analyze the status of meaning under conditions of conceptual destabilization, with the following specific objectives: (i) to understand the role of paradox as a philosophical operator; (ii) to examine the unspeakable as a space to produce meaning; and (iii) to evaluate the limits of reason when displaced from its usual references. The methodology adopted is theoretical-reflexive and meta-epistemological, structured around the metaphor of the autopsy of the senses, conceived as a conceptual device for the analytical dissection of the internal operations of thought, explicitly provisional and without any claim to systematic closure. The investigation finds that paradox is not a mere logical flaw, but a productive structure capable of reconfiguring the field of meaning. As a result, this study argues that reason, when moving beyond its classical frameworks, does not weaken, but expands its field of investigation, especially in its capacity to inhabit the unspeakable and to sustain the permanent openness of thought.*

Keywords: Paradox; Unspeakable; Non-place; Metaphilosophy; Meaning.

INTRODUÇÃO

A reflexão filosófica sempre se moveu entre dois impulsos aparentemente opostos: o desejo de organizar o mundo por meio de conceitos estáveis e a experiência persistente de que a realidade, o pensamento e a linguagem escapam a toda fixação definitiva. Desde os primeiros fragmentos pré-socráticos, passando pelas formulações sobre o “ser” e o “não-ser”, até as críticas da atualidade à racionalidade clássica, a filosofia tem sido atravessada pela tentativa de pensar aquilo que não se deixa plenamente capturar por esquemas lógicos ou categorias fixas. Foi nesse horizonte que este ensaio se constituiu, tomando como ponto de partida uma formulação deliberadamente paradoxal: o desencontro com o encontrado e a tentativa de localizar o não localizável em um espaço sem dimensão ou mensuração.

À primeira vista, tal formulação poderia parecer apenas uma expressão confusa ou estapafúrdia¹. Contudo, tradições distintas do pensamento filosófico sugeriram que é justamente nesse tipo de fratura do sentido que o pensamento começa a revelar suas estruturas mais profundas. A tematização do nada por filósofos pré-socráticos, como Parmênides, filósofo do século V a.C.; a noção de *Ápeiron*² em Anaximandro, século VI a.C., bem como, mais tarde, as análises sobre os limites da linguagem em Wittgenstein (2017), indicaram que aquilo que resiste à nomeação não se encontra fora do pensamento, mas no seu próprio núcleo problemático. Desse modo, o que se apresenta como sem sentido não foi tratado aqui como erro, mas como indício de uma zona crítica onde o pensamento se vê obrigado a interrogar a si mesmo.

Foi a partir desse horizonte, explorando o campo da metafilosofia³ e da filosofia do sentido⁴, que se formulou o problema central desta investigação: até que ponto o pensamento depende de coordenadas como identidade, localização e mensuração para produzir sentido, e o

¹ "Estapafúrdia" (feminino de estapafúrdio) - é um adjetivo utilizado para descrever algo ou alguém que é extremamente estranho, extravagante, excêntrico ou fora do comum. Refere-se a ideias, comportamentos ou situações disparatadas, ilógicas e sem bom senso. É sinônimo de bizarro, peculiar, esdrúxulo ou, no sentido informal, doidivasas (Dicio, 2009-2026).

² *Ápeiron* - diz respeito a noção de infinito, com o significado moderno do termo, foi introduzida pela primeira vez pelo filósofo grego Anaximandro (século VI a.C.). É o princípio original (*arché*) de todas as coisas, definido como o infinito, o ilimitado ou o indefinido. Diferente dos elementos físicos, é uma substância abstrata, eterna, indestrutível e em constante movimento que dá origem ao universo através da separação dos opostos, como quente/frio e úmido/seco (Anaximandro, 2008; 1996).

³ Metafilosofia - é o estudo filosófico da própria filosofia, agindo como uma "filosofia da filosofia". Ela investiga a natureza, os objetivos, os métodos e a validade da prática filosófica, questionando o que é filosofar, quais perguntas devem ser feitas e como respondê-las (Lefebvre, 2016; Bonifácio, 2019; IEP, 2010/2017).

⁴ Filosofia do sentido - investiga como significados, propósitos e nexos são construídos na existência humana e na linguagem. Ela questiona o "porquê" das coisas, focando na interpretação da realidade e na produção de conceitos, em vez de apenas buscar verdades universais. Ela ajuda a estruturar o propósito da vida (Sartre, 2014).

que ocorre quando essas coordenadas deixam de funcionar? A racionalidade moderna, mesmo ao lidar com fenômenos como o nada, o vazio, o indizível ou o paradoxo, frequentemente tentou reinscrevê-los em estruturas conceituais herdadas, neutralizando sua força disruptiva. O risco desse procedimento consistiu em reduzir aquilo que escapa à forma a meras anomalias ou em descartá-lo como irracionalidade. Diante disso, o ensaio procurou investigar se seria possível conceber uma forma de pensamento que operasse a partir do desencontro e da ausência de lugar sem, por isso, abdicar do rigor filosófico.

O objetivo geral deste ensaio foi investigar a legitimidade filosófica de um pensamento que se assume paradoxal e reflexivo como forma de produção de sentido. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) analisar a estapafúrdia como estratégia conceitual de desestabilização do pensamento ordinário; (ii) examinar a possibilidade de uma topologia do paradoxo e de uma cartografia do não-lugar como modelos alternativos de inteligibilidade; e (iii) compreender o habitar do indizível como condição originária do surgimento do sentido.

A pesquisa foi orientada pelas seguintes hipóteses:

[h1] existe uma topologia do paradoxo na qual o pensamento pode operar mesmo em regiões conceituais tradicionalmente identificadas como nada, sem que isso implique sua redução a objeto;

[h2] é possível traçar uma cartografia do não-lugar na qual mensurar não significa medir quantitativamente, mas produzir aproximações reflexivas do desencontro do sentido;

[h3] o pensamento habita o indizível precisamente no momento em que se desestabiliza, tornando-se capaz de observar a si mesmo enquanto processo. Essas hipóteses dialogaram com tradições que vão do *ápeiron* de Anaximandro e do problema do não-ser em Parmênides às concepções de vazio no pensamento oriental e às formulações contemporâneas sobre diferença, exterioridade e limites do dizer, fornecendo um horizonte teórico a partir do qual o ensaio foi desenvolvido.

Este trabalho parte do reconhecimento de que certas experiências e fenômenos resistem às formas tradicionais de racionalização e conceitualização. Para apreender essa dimensão, mobilizo a noção de autópsia dos sentidos, entendendo o pensamento não como um instrumento fechado de apreensão do real, mas como um processo que se expõe nos seus próprios limites, quando confrontado com o indizível, o paradoxo e a desorientação. Essa perspectiva permite interpretar as operações de sentido não apenas como produções estáveis e hierarquizadas, mas também como zonas de instabilidade, ambiguidade e reflexão crítica.

A investigação partiu de hipóteses que não pretenderam estabelecer verdades universais, mas abrir campos de inteligibilidade. Ao operar com o paradoxo, o não-lugar e o indizível, o

ensaio assumiu desde o início o caráter provisório e exploratório de suas proposições, compreendendo o pensamento como processo em deslocamento contínuo. Nesse sentido, os resultados obtidos não foram tomados como conclusões finais, mas como configurações temporárias que permitem reorientar a razão para além de seus modos habituais de funcionamento.

Para além das abordagens convencionais, tornou-se necessário pensar os limites do próprio pensar, isto é, os modos pelos quais o sentido se fragmenta e se desorienta diante do indizível. Nesse horizonte, o conceito de autópsia dos sentidos é tomado como referência, na medida em que nomeia justamente os pontos em que a razão perde suas coordenadas. O percurso desenvolvido indicou que, ao suspender a pretensão de totalidade e fechamento, o pensamento não se fragiliza, mas amplia suas possibilidades de compreensão, sobretudo diante de fenômenos que resistem aos modelos clássicos de racionalidade.

Nesse horizonte, o objetivo deste artigo é investigar a autópsia dos sentidos como dispositivo teórico-reflexivo capaz de iluminar os limites internos do pensamento contemporâneo, não a partir da busca por fundamentos estáveis, mas da exposição de seus pontos de falha, instabilidade e indeterminação. Ao invés de oferecer respostas conclusivas, o texto propõe um percurso analítico que acompanha os deslocamentos da razão quando confrontada com aquilo que resiste à representação, situando a experiência do indizível como um problema filosófico central.

REFERENCIAL TEÓRICO: PARADOXO, INDIZÍVEL E NÃO-LUGAR

A ideia de que o pensamento não se esgota nas estruturas da lógica clássica atravessa a história da filosofia desde seus momentos inaugurais. Anaximandro (2008; 1996), filósofo do século VI a.C., ao introduzir o conceito de “*ápeiron*” como princípio originário do real, já indicava que a origem do ser não se deixa reduzir a nenhuma determinação mensurável ou identificável. O ilimitado não constitui uma falta de forma, mas a condição a partir da qual toda forma emerge, o que antecipa a noção de um espaço conceitual sem medida ou localização fixa. De modo análogo, Parmênides (1996), filósofo do século V a.C., ao afirmar que o “não-ser não pode ser pensado”, acabou por introduzi-lo como problema incontornável do pensamento, revelando que aquilo que não pode ser afirmado positivamente permanece, ainda assim, operando nos limites da inteligibilidade. Já em Heráclito (apud Graham, 2023), filósofo do final

do século VI a.C., “o devir e a contradição constituem o próprio tecido do real”, de modo que toda identidade se mostra instável e atravessada pelo conflito.

Conforme mostram Kirk, Raven & Schofield (1983), em Heráclito o devir não é desordem, mas expressão de uma racionalidade comum (*koinós*), e que:

“Embora o *Logos* seja comum a todos, a maioria vive como se tivesse uma inteligência própria. Os homens não compreendem aquilo com que se defrontam continuamente, nem reconhecem o que fazem quando acordados, assim como esquecem o que fazem quando dormem.” (Heráclito, fr. B1, *apud* Kirk, Raven & Schofield, 1983, p. 188).

Essa passagem evidencia que a racionalidade do real não é ausente, mas opaca, exigindo do pensamento um deslocamento contínuo para além das evidências imediatas.

Essas formulações inaugurais já sugeriam que o paradoxo não representa uma falha do pensamento, mas um de seus modos fundamentais de operação. Parmênides delimita o pensável, Anaximandro inaugura o indeterminado, mas é o “*Logos*”⁵ de Heráclito que torna pensável a própria instabilidade do sentido, conforme indicam as leituras canônicas do autor (Kirk, Raven & Schofield, 1983). Essa intuição reaparece como problema estrutural na filosofia moderna com Immanuel Kant, quando a razão, ao tentar ultrapassar os limites da experiência possível, se vê enredada em “antinomias”⁶ que não podem ser resolvidas sem que se reconheça a própria finitude do entendimento (Kant, 2009). Longe de constituírem erros ocasionais, essas contradições revelam a estrutura interna da razão, indicando que o pensamento encontra seus próprios limites ao tentar fundar-se como totalidade. Por sua vez, Kierkegaard (2002) desloca o paradoxo do plano lógico para o existencial, mostrando que a verdade que importa à existência não se deixa capturar por mediações conceituais, mas emerge justamente no ponto em que o pensamento entra em choque consigo mesmo.

Bonifácio (2019, p. 156-157), ao mobilizar a noção blochiana de “possível objetal”⁷, desloca a reflexão filosófica para uma ontologia do ainda-não-manifesto, na qual o real deixa de ser compreendido como um conjunto fechado de determinações e passa a ser pensado como um campo de virtualidades que insistem em vir-a-ser. Segundo Bloch:

⁵ *Logos* (em Heráclito) - princípio racional e cósmico que estrutura o devir, garantindo a unidade dinâmica dos contrários. Não se trata de um ente transcendente, mas de uma racionalidade imanente ao próprio real, frequentemente simbolizada pelo fogo como imagem da transformação regulada. Embora comum a todas as coisas, o *Logos* permanece obscuro para a maioria dos homens, que vivem como se possuíssem uma razão privada e não participassem dessa ordem universal (Kirk, Raven & Schofield, 1983).

⁶ “Antinomia” - Segundo Immanuel Kant, na obra “Crítica da Razão Pura”, o autor considera como um conflito aparente ou contradição real entre duas leis ou princípios racionais, onde tese e antítese parecem igualmente justificadas. Elas ocorrem quando a razão tenta ir além da experiência sensível (fenômenos) e aplicar conceitos do entendimento ao absoluto (cosmologia), resultando em impasses necessários (Kant, 2009)

⁷ “Possível objetal” ou “possibilidade objetal” (*das sachhaft-objektgemäss Mögliche*) - na filosofia de Ernst Bloch é uma categoria central de sua ontologia do “ainda-não” (*Noch-Nicht*), referindo-se a tudo aquilo que pode vir a ser, baseado não apenas em desejos subjetivos, mas nas tendências latentes, condições materiais e potencialidades inerentes ao objeto real (Bloch, 2005; Bonifácio, 2019).

“O possível real não deriva de condicionantes insuficientemente conhecidos, mas de condicionantes insuficientemente manifestados. [...] Ele pertence à estrutura objetiva do mundo e não apenas à consciência subjetiva. [...] O ainda-não é uma categoria ontológica fundamental, não uma simples hipótese psicológica.”(Bloch, 2005, p. 227-228).

Dessa forma, o que implica reconhecer que o indizível não é simples ausência de sentido, mas a latência objetiva de sentidos ainda não atualizados.

Essa latência, porém, não se realiza pela pura contemplação, pois, como o próprio Bloch assinala, mesmo quando a humanidade se depara com um “grande momento” histórico, sua realização pode permanecer apenas “fragilmente possível” se não houver uma prática capaz de assumi-lo (Bloch, 2005, p. 229). É nesse ponto que Bonifácio articula Bloch à metafilosofia de Lefebvre, para quem o pensamento não se limita a refletir o ser, mas o metamorfoseia, acentuando a diferença irreduzível entre ser e pensamento sem reduzi-la à abstração especulativa (Lefebvre, 1970, p. 74). Desse modo, a razão, ao confrontar-se com o possível ainda não manifestado, desorienta-se não por falha, mas porque entra em contato com um real que excede suas formas estabilizadas de significação, exatamente onde o indizível se instala como potência ontológica do sentido.

A tematização dos limites do dizer ganha nova densidade em Wittgenstein (2017), para quem aquilo que não pode ser formulado em proposições significativas não desaparece do campo do pensamento, mas se mostra como limite interno da linguagem. O indizível, nesse sentido, não marca uma ausência de sentido, mas o ponto em que o sentido excede suas próprias formas de expressão. Heidegger (2014) radicaliza essa posição ao afirmar que o ser se revela precisamente por meio de seu ocultamento, de modo que o pensamento habita uma abertura na qual o que se mostra jamais se esgota no que é dito. O indizível, assim, não encerra o pensamento, mas constitui seu campo de manifestação mais originário.

Esse deslocamento do sentido para além da presença plena encontra desenvolvimento decisivo na obra de Jacques Derrida, cuja noção de *différance*⁸ indica que o significado nunca está plenamente presente, sendo sempre diferido e deslocado por uma rede de traços e ausências (Derrida, 1995). O sentido não ocupa um lugar fixo, mas emerge como efeito de uma cadeia de diferenças que impede qualquer fechamento definitivo. Foucault (2015), por sua vez, ao tematizar o “fora” do discurso, mostra que todo regime de saber se constitui por meio de

⁸ *Différance* - conforme Jacques Derrida (1967), é um neologismo que combina os sentidos de diferir (ser distinto de) e adiar (postergar o significado). Ela indica que o significado nunca está plenamente presente, sendo sempre adiado por uma cadeia de diferenças, tornando a linguagem um sistema de marcas funcionais, não um conjunto de verdades absolutas. O autor altera a grafia francesa *différence* (com 'e') para *différance* (com 'a'). Essa diferença é apenas gráfica, não audível na fala, destacando a primazia da escrita na produção de sentido (Derrida, 1995).

exclusões e silêncios que delimitam o que pode ser dito, de modo que o pensamento nasce também naquilo que permanece à margem de suas próprias formações.

Nesse horizonte, o “nada” e o “não-lugar” deixam de ser compreendidos como simples negações do ser ou do espaço e passam a designar campos produtivos de abertura do sentido. Essa intuição encontra ressonância ainda nas tradições orientais, em particular no taoísmo e no budismo, nos quais o vazio não representa uma carência, mas a condição mesma de possibilidade da manifestação. Em Lao-Tzu (2019), pensador do século VI a.C., e em Nāgārjuna (*apud* Lopez, 2026), filósofo do século II, o vazio constitui um princípio que impede a fixação substancial do real, mantendo-o aberto à relação. O vazio, tal como o não-lugar, constitui um espaço simbólico no qual o sentido não é dado, mas continuamente engendrado.

As tradições orientais do vazio, representadas no Taoísmo por Lao-Tzu e no Budismo *Madhyamika* por Nāgārjuna, não interpretam o vazio como um "nada" niilista⁹, mas sim como uma realidade plena, fértil e essencial para a compreensão da existência. Enquanto Lao-Tzu foca no vazio como potência criadora da natureza, Nāgārjuna sistematiza a "vacuidade" (*Sunyata*¹⁰) como a interdependência de todas as coisas, carentes de essência própria.

A partir dessas tradições, sustentou-se no presente ensaio que o sentido não se apresenta como entidade estável, mas como processo em deslocamento permanente. A metáfora da “autópsia dos sentidos” inscreveu-se nesse campo como um gesto metafilosófico que, em vez de buscar fundamentos últimos, visou expor os mecanismos internos do pensamento enquanto ainda em funcionamento. Longe de conduzir à dissolução da racionalidade, esse procedimento permitiu compreender que o pensamento se torna mais rigoroso precisamente quando se dispõe a habitar suas próprias zonas de indeterminação.

A autópsia como metáfora filosófica

A ideia de que o pensamento não se esgota na lógica clássica da identidade e da não contradição atravessa a história da filosofia desde suas origens. Já nas formulações pré-socráticas, o real não era concebido como plenamente estável, mas como atravessado por

⁹ "Nada" niilista - refere-se à negação de qualquer sentido, propósito, valor objetivo ou verdade absoluta na existência, derivado do termo latim *nihil* (nada). É uma corrente filosófica que questiona os valores tradicionais, indicando que a vida não possui significado inerente, o que leva à desvalorização da existência e a um ceticismo radical (Lao-Tzu, 2019; Lopez, 2026).

¹⁰ *Sunyata* (em sânscrito significa vacuidade), segundo o filósofo budista Nagarjuna (c. 150-250 d.C.), não significa niilismo ou que "nada existe". Pelo contrário, é uma descrição da natureza real dos fenômenos: a ausência de essência própria, natureza intrínseca ou existência independente (*svabhava*) (Nāgārjuna *apud* Lopez, 2026).

tensão, devir e indeterminação. Em Heráclito (c. 500 a.C.), a afirmação de que a harmonia nasce do conflito indica que a contradição não constitui uma falha do pensamento, mas uma de suas condições dinâmicas. Essa herança permanece ativa em múltiplas tradições que recusam a redução do sentido à fixação conceitual (Graham, 2023; Colunas Tortas, 2024).

Na modernidade, essa problemática reaparece de forma sistemática na crítica da razão. Kant (2009) demonstra que, quando a razão ultrapassa os limites da experiência possível, ela entra inevitavelmente em antinomias. Tais contradições não invalidam o pensamento, mas revelam sua estrutura interna e seus limites constitutivos. A razão, ao tentar totalizar o real, produz impasses que não podem ser eliminados sem violência conceitual. Nesse sentido, o paradoxo não surge como erro contingente, mas como efeito necessário do próprio funcionamento da razão.

No pensamento moderno, essa dinâmica é radicalizada por abordagens que tematizam “o nada,” o “não-lugar” e “o indizível” como zonas limítrofes do sentido. Heidegger (2014) mostra que o nada não é simples negação do ser, mas aquilo que possibilita sua abertura, na medida em que rompe a totalização dos entes. O nada, assim, não se apresenta como objeto, mas como condição de possibilidade da experiência do ser. De modo análogo, as reflexões sobre o não-lugar em Augé (2009) e as heterotopias em Foucault (2015) indicam que há espaços simbólicos que não se deixam estabilizar por coordenadas fixas, mas que, ainda assim, produzem formas de sentido.

O indizível, por sua vez, não marca o término da reflexão, mas seu ponto de inflexão. Wittgenstein (2017) já indicava que os limites da linguagem não coincidem com os limites do sentido. Aquilo que não pode ser dito não é, por isso, inexistente, mas exige outras formas de aproximação. Derrida (1995) radicaliza essa perspectiva ao mostrar que todo sentido carrega uma diferença interna que impede seu fechamento definitivo. Assim, a instabilidade do significado não constitui uma deficiência da linguagem, mas sua condição de possibilidade.

É nesse horizonte que a metáfora da autópsia do sentido se torna operatória. Diferentemente da autópsia médica, que examina um corpo já encerrado, a autópsia filosófica proposta neste ensaio incide sobre um pensamento ainda em funcionamento. Trata-se de um gesto metafilosófico que expõe os próprios órgãos conceituais do pensar enquanto eles ainda produzem sentido. O objetivo não é declarar a morte do significado, mas revelar seus mecanismos internos, suas tensões, seus limites e suas zonas de indeterminação.

A autópsia, nesse cenário, designa um procedimento crítico que desloca a investigação filosófica da busca por fundamentos últimos para a análise das condições internas de produção do sentido. Ela opera abrindo o pensamento para si mesmo, transformando-o simultaneamente

em objeto e operador da investigação. Tal gesto encontra ressonância tanto na crítica kantiana da razão (Kant, 2009) quanto na reflexividade hegeliana do pensamento que se reconhece em seu próprio movimento (Hegel, 2014), bem como na concepção sartreana da consciência como consciência de si (Sartre, 2015).

Outrossim, a autópsia do sentido não pretende oferecer uma verdade definitiva sobre o real, mas instaurar um campo de visibilidade no qual o pensamento possa examinar seus próprios limites, suas contradições e seus deslocamentos. É a partir desse enquadramento que se tornam inteligíveis os instrumentos conceituais apresentados a seguir, os quais operam como dispositivos analíticos destinados a expor, sustentar e cartografar os movimentos internos do pensar.

Instrumentos conceituais da autópsia do sentido

A autópsia do sentido não operou como um método técnico no sentido clássico, mas como um conjunto de dispositivos analíticos figurativos destinados a tornar visível o funcionamento interno do pensamento. Diferentemente de ferramentas que visam à resolução de problemas, esses instrumentos foram concebidos para sustentar zonas de instabilidade conceitual, permitindo que o pensamento fosse examinado justamente nos pontos em que suas operações se tornaram ambíguas, paradoxais ou indeterminadas. Nesse sentido, a metáfora da autópsia não indicou a morte do sentido, mas sua exposição enquanto processo ainda em curso, tornando possível observar como o pensamento produz, desloca e revisa suas próprias estruturas.

Esses instrumentos não foram empregados para eliminar contradições, mas para mantê-las em operação como operadores críticos. Cada um deles correspondeu a uma função específica no interior da investigação: suspender o dado, sustentar o paradoxo e ampliar o não-lugar. Por meio dessa tríade analítica, buscou-se decompor o pensamento não em seus conteúdos, mas em suas formas de funcionamento, permitindo compreender como o sentido emerge, se desfaz e se reconfigura no interior de suas próprias tensões. Os instrumentos conceituais apresentados a seguir foram conceituados para cada uma das etapas da autópsia.

O “bisturi da negação”

Inspirado tanto na dúvida metódica cartesiana quanto na dialética negativa formulada por Adorno (2009), o bisturi da negação operou como um instrumento de suspensão crítica do dado imediato. Em Descartes (2018), a dúvida não tinha como finalidade destruir o conhecimento, mas separar aquilo que se apresentava como evidente dos fundamentos que o sustentavam. De modo semelhante, Adorno concebeu a negação não como mera oposição, mas como procedimento capaz de revelar as fissuras internas de toda identidade conceitual.

Nesse ensaio, o bisturi da negação foi utilizado para interromper a naturalização do sentido, separando o que parecia estável dos pressupostos silenciosos que o tornavam possível. Ao suspender o óbvio, esse instrumento possibilitou o desencontro com aquilo que se julgava encontrado, abrindo espaço para a revisão contínua do que se apresentava como dado. A negação, assim, não funcionou como destruição, mas como condição de emergência de novas configurações de sentido.

A “pinça do paradoxo”

A pinça do paradoxo foi o instrumento responsável por sustentar contradições sem reduzi-las a sínteses conciliadoras. Essa operação encontra fundamento tanto no pensamento heraclítico, para o qual o conflito constitui a estrutura do real, quanto nas lógicas não clássicas, que recusam o princípio de não contradição como critério absoluto de inteligibilidade. Em Heráclito, a harmonia não resulta da eliminação dos opostos, mas de sua tensão contínua (Colunas Tortas, 2024; Graham, 2023).

Essa operação encontra sua matriz clássica no “*logos*” de Heráclito, entendido não como princípio de estabilidade, mas como a própria racionalidade da tensão: a unidade que não suprime os contrários, mas se manifesta precisamente em seu conflito.

No contexto da autópsia do sentido, a pinça do paradoxo permitiu que o nada, o não-lugar e o indizível fossem pensados sem serem convertidos em objetos conceituais. Em vez de resolver o paradoxo, o instrumento o manteve em operação como força produtiva, impedindo que a diferença fosse neutralizada por categorias estabilizadoras. Desse modo, o paradoxo não apareceu como obstáculo ao pensamento, mas como uma de suas condições estruturais.

A “lupa do não-lugar”

A lupa do não-lugar remete às análises de Augé (2009) sobre os não-lugares e às heterotopias formuladas por Foucault (2015), nas quais espaços que escapam às coordenadas tradicionais de identidade e função revelam novas formas de organização do sentido. Diferentemente de um instrumento de localização, essa lupa operou como dispositivo de ampliação de zonas indeterminadas, nas quais o sentido não se fixa, mas se desloca.

Ao invés de buscar pontos de ancoragem estáveis, a lupa do não-lugar evidenciou regiões simbólicas onde o pensamento se desencontra de si mesmo e, justamente por isso, se reconfigura. O não-lugar, nesse contexto, não designou um vazio, mas um campo de possibilidades no qual o sentido pôde emergir de maneira provisória e aberta, sem se submeter a uma topologia rígida.

A “balança da impossibilidade”

A balança da impossibilidade operou a partir do reconhecimento dos limites internos da razão crítica, tal como formulados por Kant (2009), para quem a razão, ao tentar ultrapassar o campo da experiência possível, entra em contradições que não podem ser resolvidas sem que se reconheça sua própria finitude. Diferentemente de um instrumento destinado à equivalência ou à mensuração objetiva, essa balança avaliou assimetrias conceituais, isto é, zonas nas quais o pensamento se deparou com a impossibilidade de traduzir plenamente a experiência em categorias estáveis.

Em “*Phénoménologie et Psychologie*”, Foucault (2021), a experiência de si não se apresenta como unidade, mas como uma tensão constitutiva entre dois regimes heterogêneos de sentido. De um lado, o sujeito se percebe como origem concreta da significação, inscrito naquele espaço em que o mundo lhe aparece dotado de rosto e familiaridade, como se a realidade fosse desde sempre atravessada por sua própria presença. De outro, ele se compreende como conteúdo objetivo no horizonte do universo, isto é, como figura abstrata entre outras, submetida às formas gerais de inteligibilidade e às finalidades que excedem sua própria experiência. A subjetividade moderna emerge precisamente dessa fratura: entre a ilusão de fundamento e a realidade da destinação, o indivíduo se reconhece apenas de modo parcial, sempre alienado do sentido último de suas próprias ações.

Nesse sentido, a impossibilidade não foi tratada como falha metodológica, mas como dado constitutivo do próprio pensar. Essa perspectiva encontrou ressonância em Heidegger, (2014) quando o nada foi compreendido não como simples ausência, mas como aquilo que torna possível a abertura do ser; e em Wittgenstein (2017), ao indicar que os limites do que pode ser dito não coincidem com os limites do que pode ser pensado ou mostrado. A balança da impossibilidade, portanto, não buscou resolver o que não pode ser resolvido, mas situar o pensamento diante de seus próprios limites, transformando esses limites em um campo ativo de investigação.

O “espelho reflexivo”

O espelho reflexivo ocupou um lugar central na autópsia metafilosófica, pois permitiu que o pensamento se voltasse sobre si mesmo e se observasse enquanto pensava. Esse procedimento retoma a concepção hegeliana segundo a qual o pensamento só se constitui plenamente quando se reconhece em seu próprio movimento (Hegel, 2014), bem como a noção sartreana de consciência como consciência de si, isto é, como presença a si mesma no ato de se projetar no mundo (Sartre, 2015).

Nesse espelhamento, perder-se não foi interpretado como falha, mas como condição de possibilidade para a emergência de novos sentidos. Ao refletir sobre suas próprias operações, o pensamento expôs não apenas seus resultados, mas seus modos de produção, tornando-se simultaneamente objeto e operador da investigação.

No entanto, a leitura foucaultiana de Husserl radicaliza essa cisão ao mostrar que a consciência não opera como instância de reconciliação entre o vivido e o verdadeiro. O ato de consciência não produz a unidade da experiência, mas apenas a reinscreve como evento finito, psicológico e contingente, incapaz de fundar a identidade entre conhecimento e existência. Longe de revelar a essência do sujeito, a consciência expõe sua precariedade: ela se limita a duplicar o dado sob a forma de um fato, mantendo intacta a distância entre o lógico e o empírico, entre o sentido e sua vivência. Assim, o próprio gesto reflexivo que pretende garantir a transparência do eu termina por confirmar sua impossibilidade estrutural (Foucault, 2021).

Em Hegel, a reflexividade aparece como movimento de reconciliação progressiva, no qual o pensamento se reconhece a si mesmo na mediação conceitual; em Sartre, como presença imediata da consciência a si, ainda que atravessada pela negatividade do nada. Já em Foucault, esse horizonte se desloca decisivamente: a reflexão não conduz à síntese nem à transparência,

mas à constatação de que a consciência não dispõe de um lugar privilegiado a partir do qual possa unificar experiência e verdade. O espelho, longe de devolver uma imagem íntegra do sujeito, expõe a fratura constitutiva entre o que é vivido e o que pode ser conhecido.

O “mapa incompleto”

O mapa incompleto, inspirado na imagem borgiana de uma cartografia que nunca coincide plenamente com o território que pretende representar, assumiu a impossibilidade de uma descrição total do sentido (Borges, 2007). Diferentemente de mapas destinados à orientação definitiva, esse instrumento operou reconhecendo a provisoriedade de toda tentativa de representação e a inevitável distância entre o pensamento e aquilo que ele busca apreender.

Nesse sentido, o mapa não indicou territórios fixos, mas trajetos possíveis. Ao invés de oferecer garantias de chegada, ele sinalizou zonas de passagem, deslocamento e reconfiguração. O sentido, assim, não foi concebido como um lugar a ser alcançado, mas como um percurso que se redesenha continuamente à medida que é traçado.

Essa concepção encontra ressonância direta na hermenêutica de Ricoeur (2012), para quem toda interpretação é estruturalmente inacabada, pois o sentido nunca se apresenta como objeto plenamente disponível, mas como horizonte que se desloca à medida que é interpretado. O texto, o mundo e o sujeito não se deixam capturar por uma leitura definitiva, uma vez que compreender é sempre compreender de outro modo. Assim como no mapa borgiano, não há coincidência plena entre representação e realidade, mas uma relação de distância produtiva, na qual o excesso de sentido sobre qualquer tentativa de síntese impede o fechamento do percurso interpretativo.

De forma a ilustrar a metáfora deste ensaio, elaboramos a Figura 1, cuja imagem encena uma autópsia simbólica da subjetividade. O corpo central não é um corpo biológico comum, mas um corpo-transparente, luminoso, quase etéreo, sendo dissecado por figuras científicas. Essa transparência não indica ausência de interioridade, mas a impossibilidade de ocultação plena do sentido, como se a própria subjetividade se oferecesse à investigação sem jamais se deixar esgotar por ela.

Figura 1- Autópsia dos sentidos simbolizando a subjetividade.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme a Figura 1, a imagem representa a metáfora da autópsia do sentido como operação metafilosófica em que o pensamento se converte em objeto de sua própria análise. O corpo translúcido simboliza o sentido destituído de identidade, localização e função, existindo apenas como exposição ontológica. A dissecação não visa recompor uma totalidade, mas tornar visíveis os restos operatórios do logos (ver, dizer, pensar), separados de qualquer unidade garantida. Nesse cenário, a autópsia não é método de correção, mas de desfundamentação: o pensamento só pode investigar o sentido ao transformá-lo em cadáver conceitual. As portas suspensas no vazio indicam o indizível como não-lugar radical, horizonte de abertura sem destino, no qual a razão não se dissolve, mas passa a habitar a estrutura do paradoxo.

Procedimentos da autópsia do sentido

A autópsia do sentido não foi concebida como uma sequência linear de etapas, mas como um campo de operações em que diferentes instrumentos conceituais atuaram de modo articulado sobre os objetos da investigação. Em vez de aplicar um método externo ao

pensamento, buscou-se expor o próprio pensamento às suas condições internas de funcionamento, fazendo com que ele se tornasse simultaneamente o que investiga e aquilo que é investigado.

O procedimento iniciou-se pela ativação do bisturi da negação, que suspendeu as evidências imediatas associadas às noções de sentido, identidade e localização. Essa operação permitiu separar o que parecia dado do que era, na verdade, sustentado por pressupostos silenciosos, criando uma zona de instabilidade inicial a partir da qual o pensamento pôde se deslocar. Ao interromper a naturalização do óbvio, abriu-se o espaço para o desencontro com o encontrado, condição indispensável para que novas configurações conceituais emergissem.

Em seguida, a pinça do paradoxo foi mobilizada para manter em operação as contradições que surgiram desse deslocamento. Em vez de resolvê-las por meio de sínteses ou reduções, esse instrumento sustentou a tensão entre termos incompatíveis, permitindo que o nada, o não-lugar e o indizível permanecessem como operadores ativos do pensamento. Essa etapa foi decisiva para impedir que o processo de investigação recaísse em formas tradicionais de estabilização conceitual.

A lupa do não-lugar, por sua vez, ampliou precisamente as zonas em que o pensamento perdeu suas coordenadas habituais. Ao focalizar regiões conceituais sem localização fixa, esse instrumento tornou visíveis campos simbólicos nos quais o sentido se reconfigurou de maneira provisória e instável. Foi nesse movimento de ampliação do indeterminado que o ensaio pôde mapear deslocamentos do sentido sem convertê-los em objetos fixos.

A balança da impossibilidade entrou em operação quando o pensamento se confrontou com aquilo que não pôde ser plenamente traduzido em conceitos. Em vez de interpretar tais impasses como falhas do método, esse instrumento avaliou as assimetrias entre experiência e linguagem, situando os limites da razão como parte constitutiva da investigação. A impossibilidade, nesse contexto, funcionou como critério de abertura e não como obstáculo.

O espelho reflexivo acompanhou todas essas operações, permitindo que o pensamento observasse a si mesmo enquanto produzia seus próprios deslocamentos. Ao tornar explícitas as condições internas da reflexão, esse instrumento impediu que a investigação se confundisse com um simples discurso sobre o objeto, convertendo-a em um processo autorreflexivo.

Concluindo, o mapa incompleto organizou os trajetos percorridos sem pretender encerrá-los em uma cartografia definitiva. Ele permitiu articular os deslocamentos do pensamento como percursos abertos, reconhecendo a provisoriade de toda configuração de sentido. Em vez de conduzir a uma conclusão fechada, o mapa funcionou como registro dos caminhos trilhados e das zonas ainda por explorar. Conforme se observou nestas dinâmicas, a

autópsia do sentido operou como um sistema dinâmico de dispositivos conceituais que não visaram produzir verdades finais, mas tornar visível o modo como o pensamento se constitui, se desestabiliza e se reinscreve continuamente em suas próprias fronteiras.

A lógica conceitual do pensamento estapafúrdio

A lógica que emerge da autópsia do sentido não coincide com os modelos clássicos de racionalidade fundados na identidade, na não contradição e na estabilidade dos objetos. Trata-se, antes, de uma lógica paradoxal e reflexiva, na qual o pensamento se compreende como processo e não como sistema. Nesse regime conceitual, o sentido não se acumula progressivamente, mas se desfaz e se reinscreve continuamente, produzindo-se no próprio movimento de sua negação.

Em primeiro lugar, essa lógica opera como negação do dado. O que se apresenta como evidente não é tomado como fundamento, mas como superfície provisória a ser submetida à suspeita. Tal gesto encontra ressonância na crítica nietzschiana às verdades fixas, segundo a qual toda verdade é uma construção histórica, fruto de forças interpretativas que se impõem e se estabilizam provisoriamente (Nietzsche, 1992). Pensar, nesse contexto, não é confirmar o que já foi dado, mas deslocar, corroer e reabrir aquilo que parecia assegurado.

Em segundo lugar, o pensamento estapafúrdio sustenta uma lógica da impossibilidade como produção de sentido. Não localizar o não localizado, nem mensurar o que escapa à medida, não constitui uma falha do pensamento, mas sua coerência interna quando confrontado com seus próprios limites. Tal perspectiva aproxima-se das filosofias do limite, nas quais a impossibilidade não é entendida como vazio, mas como zona ativa de tensão entre o dizível e o indizível, entre o pensável e aquilo que resiste ao conceito.

Em terceiro lugar, essa lógica se desenvolve em um espaço não mensurável. O pensamento que emerge da autópsia do sentido não se organiza segundo coordenadas empíricas ou métricas, mas como movimento. Essa concepção encontra apoio na crítica bergsoniana à espacialização do tempo, segundo a qual reduzir o fluxo da experiência a unidades fixas implica falsear sua natureza contínua e dinâmica (Bergson, 2020). Do mesmo modo, o sentido, aqui, não se fixa em posições estáveis, mas circula, desloca-se e se reconfigura continuamente.

Nesse horizonte, pensar é aceitar o desencontro como método e o paradoxo como morada. A autópsia do sentido não busca a causa da morte do significado, mas sua exposição aberta enquanto processo vivo. Os instrumentos conceituais não explicam no sentido

tradicional, mas desvelam; não concluem, mas sustentam; não localizam, mas permitem habitar o indizível. Abrir o corpo do nada é expor os órgãos do intelecto ao campo infinito das ideias, não para encerrá-los em sistemas, mas para deixá-los pulsar no paradoxo, onde o pensamento reconhece sua própria potência de criação.

DESDOBRAMENTOS DA AUTÓPSIA DO SENTIDO

Este capítulo examina como a lógica estapafúrdia e os instrumentos da autópsia do sentido operam quando aplicados a três campos fundamentais da experiência filosófica: o nada, o não-lugar e o indizível. Não se trata de definir esses termos de modo exaustivo, mas de expor como eles funcionam como zonas de fricção do pensamento, onde a razão é obrigada a deslocar seus próprios critérios.

O nada como operador, não como objeto

Na tradição metafísica clássica, o nada foi frequentemente tratado como simples ausência do ser. Contudo, essa concepção mostra-se insuficiente quando se reconhece que o pensamento só pode encontrar seus próprios limites ao confrontar aquilo que não se deixa objetivar. Heidegger (2014) já indicava que o nada não é um ente entre outros, mas aquilo que permite a abertura do ser enquanto tal. Pensar o nada, portanto, não é descrevê-lo, mas experimentar o ponto em que o pensamento se vê suspenso de seus próprios fundamentos.

Sob a lente da autópsia do sentido, o nada opera como um dispositivo de deslocamento. O bisturi da negação remove a ilusão de que todo pensamento precisa de um objeto estável; a pinça do paradoxo sustenta a tensão entre ser e não-ser sem reduzi-la a uma síntese conciliadora. O nada, nesse cenário, não é vazio, mas campo ativo de problematização, no qual o pensamento é forçado a reconhecer que sua própria atividade não se ancora em um fundamento último.

O não-lugar como campo simbólico do pensamento

O não-lugar não deve ser compreendido apenas em termos espaciais, mas como uma condição conceitual. Inspirado nas formulações de Augé (2009) e Foucault (2015), o não-lugar designa espaços em que as referências habituais se dissolvem, abrindo zonas de indeterminação.

Na autópsia do sentido, esses não-lugares não são falhas do mapa, mas seus pontos mais produtivos.

A lupa do não-lugar permite ampliar justamente aquilo que não se deixa localizar. O mapa incompleto reconhece que toda cartografia do sentido é provisória. Assim, o pensamento não se move de um ponto fixo a outro, mas circula por zonas onde o significado se encontra em suspensão. Nesses espaços, o sentido não é encontrado, mas ensaiado.

O não-lugar torna-se, assim, um laboratório do pensamento, onde a razão abandona sua pretensão de domínio e passa a operar por aproximações, desvios e reconfigurações. O desencontro deixa de ser erro e passa a ser método.

O indizível como condição de reflexividade

O indizível é frequentemente confundido com aquilo sobre o qual nada pode ser pensado. Contudo, sob a lógica estapafúrdia, ele designa precisamente o ponto em que o pensamento se dobra sobre si mesmo. Wittgenstein (2017) já indicava que os limites da linguagem não coincidem com os limites do mundo, mas com os limites do que pode ser dito.

Conforme o autor:

“[...] Há, portanto, uma região em que o pensamento continua a operar mesmo quando a linguagem falha. Há, certamente, o inexprimível; isto se mostra, é o místico. É nesse limite do dizer que se revela o que não pode ser formulado, mas que ainda assim funda toda possibilidade de expressão. Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo, indicando que pensar e falar estão sempre condicionados por aquilo que permanece além das palavras.” (Wittgenstein, 2017, §§5.6; 6.522).

É nesse espaço que o espelho reflexivo assume sua função. O pensamento observa a si mesmo tentando dizer o que não pode ser plenamente dito. Hegel (2014) e Sartre (2015) já haviam mostrado que a consciência só se constitui ao refletir sobre sua própria atividade. O indizível, nesse sentido, não interrompe a reflexão; ele a intensifica.

O indizível, assim compreendido, não corresponde a um limite externo ao pensamento, mas a uma fratura interna de sua própria estrutura. Ele emerge sempre que a razão se confronta com aquilo que a funda, mas não pode tematizar sem se desfazer como sistema. Nesse ponto, o pensamento deixa de operar como representação de objetos e passa a operar como exposição de seus próprios limites, tornando-se simultaneamente método e problema de si mesmo.

Conforme Heidegger (2014), sobre a fratura interna de sua própria estrutura:

“O ser se revela precisamente no seu retraimento. Aquilo que se mostra, ao mesmo tempo, se oculta. O pensar habita essa abertura, onde o desvelamento nunca se completa, e é nessa tensão entre presença e ocultamento que se dá a experiência do ser.” (Heidegger, 2014, p. 34–35).

Desse modo, a reflexividade não retorna a uma identidade originária, mas se dá no deslocamento contínuo do pensamento, que nunca se esgota em suas próprias formulações. Habitar o indizível é reconhecer que há sempre algo que escapa à linguagem, uma presença que sustenta a possibilidade de qualquer dizer. Nesse movimento, o indizível atua como operador negativo da razão, tornando o pensamento mais atento a si mesmo e, paradoxalmente, mais aberto à sua criatividade radical.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza teórico-conceitual, fenomenológica e meta-epistemológica, estruturada pela metáfora da autópsia dos sentidos, compreendida como dispositivo reflexivo de investigação das operações internas do pensamento. Diferentemente de métodos empíricos, dedutivos ou estatísticos, esta pesquisa não busca explicar causalmente fenômenos, mas examinar os modos pelos quais o sentido se constitui, se fratura e se torna indizível no interior da experiência sensível e da linguagem. A noção de autópsia não implica a morte do sentido, mas sua exposição analítica radical, permitindo observar seus mecanismos no instante mesmo em que se tornam instáveis, paradoxais ou opacos à razão, em um movimento assumidamente provisório e sem pretensão de fechamento sistemático.

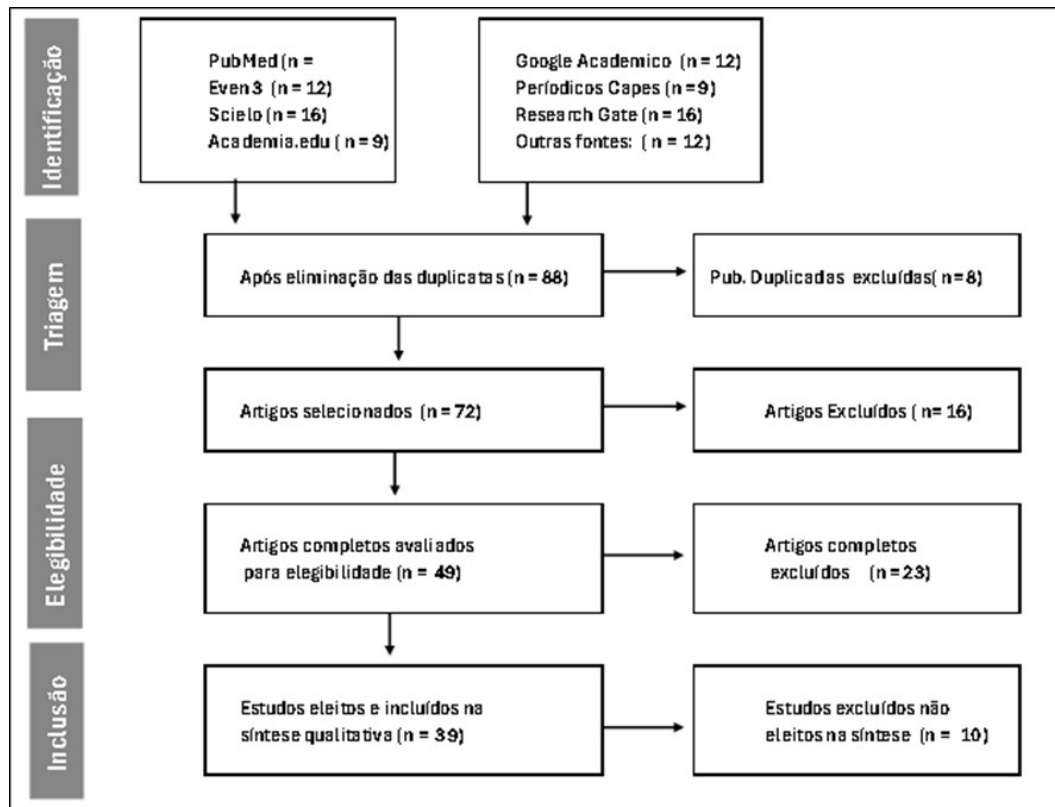
A investigação foi conduzida a partir de um levantamento bibliográfico sistemático que resultou na seleção inicial de 96 obras relevantes ao escopo do estudo, abrangendo filosofia, fenomenologia, estética, teoria da linguagem e epistemologia dos limites. As buscas foram realizadas em bases de dados e repositórios acadêmicos de circulação internacional e nacional, incluindo *Scopus*, *PubMed*, *Google Acadêmico*, *Periódicos Capes*, *ResearchGate*, *Even3*, *SciELO*, *PhilPapers*, *JSTOR* e *Academia.edu*, além de outras fontes e catálogos de bibliotecas universitárias. Foram utilizados descritores em português, inglês, espanhol e francês, relacionados aos eixos conceituais do trabalho, tais como indizível, sentido, fenomenologia da percepção, limites da linguagem, paradoxo, não-lugar, experiência sensível e razão.

As 96 obras inicialmente identificadas passaram por um processo de triagem teórico-conceitual, fundamentado em três critérios principais: pertinência temática ao problema do sentido e de seus limites, densidade filosófica dos argumentos e relevância no debate contemporâneo ou clássico sobre percepção, linguagem e racionalidade. Desse procedimento foram eleitas 39 obras e autores centrais, cujas formulações constituem o núcleo analítico da

pesquisa. Esses autores não são tratados como autoridades a serem confirmadas, mas como campos de tensão teórica, nos quais o pensamento é submetido à análise crítica, ao deslocamento conceitual e à recomposição interpretativa.

O percurso de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão das obras foi sistematizado por meio de um fluxograma (Figura 2), inspirado nos protocolos de rastreabilidade de revisões sistemáticas, mas adaptado aqui a uma abordagem qualitativa e filosófica. O objetivo do fluxograma não é estabelecer critérios de validação empírica, mas tornar visível o gesto metodológico de escolha e exclusão das fontes, explicitando que a constituição do corpus não é neutra nem automática, mas resultado de decisões teórico-conceituais situadas.

Figura 2 - Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão das obras



Fonte: Elaborada pelo autor (inspirado no modelo PRISMA)

A leitura e a análise desse corpus são conduzidas por meio de dispositivos conceituais figurativos, que operam como instrumentos metodológicos. O bisturi da negação isola a experiência sensível de suas interpretações automáticas; a pinça do paradoxo mantém contradições sem reduzi-las a sínteses; a lente do indizível amplia zonas que resistem à nomeação; a balança da razão desorientada examina os limites da inteligibilidade sem convertê-los em erro; o espelho reflexivo permite que o pensamento observe seus próprios movimentos;

e o mapa fragmentado do sentido organiza os vestígios da experiência sem pretensão de totalidade.

Essa metodologia opera por exposição, fratura e reinscrição: expõe os conceitos, revela suas fissuras e reinscreve essas fissuras como constitutivas do próprio sentido. Não se busca produzir uma teoria unificada da percepção ou da linguagem, mas mapear os lugares onde o sentido se desfaz, onde a experiência excede a razão e o indizível emerge como índice estrutural do real. O resultado é uma cartografia crítica dos limites do pensar, na qual o sensível não é subordinado ao conceito, mas reconhecido como força que continuamente o desorienta. Trata-se, portanto, menos de um método de aplicação e mais de um gesto teórico de exposição dos limites do próprio pensar.

A AUTÓPSIA DOS SENTIDOS E O LIMITE DO PENSAR

*Não se trata de saber onde estamos,
mas de saber quando já não sabemos mais onde estamos.*

A noção de autópsia dos sentidos não designa uma análise de conteúdos simbólicos, mas uma investigação das condições internas de produção, colapso e instabilidade do próprio sentido. Trata-se de uma operação reflexiva em que o pensamento se toma como objeto, não para se fundamentar, mas para expor seus próprios limites estruturais.

Nesse enquadramento, o problema filosófico não é a insuficiência do conhecimento empírico, mas a própria opacidade constitutiva da razão, isto é, o fato de que toda tentativa de estabilizar o sentido se apoia em categorias que, ao mesmo tempo, possibilitam e limitam o pensar. A autópsia dos sentidos opera, portanto, como um gesto meta-epistemológico: não busca novos fundamentos, mas torna visível o ponto em que toda fundamentação se torna instável.

Na literatura moderna, autores como Kafka (1997), Beckett (2015) e Lispector (1998) encenam o indizível por meio da narrativa, da fragmentação e do silêncio. A literatura faz o indizível aparecer como experiência estética, produzindo figuras, personagens e situações nas quais o sentido se dissolve. A autópsia dos sentidos, por sua vez, não encena, mas teoriza: transforma essa experiência em problema filosófico, deslocando-a do plano da representação para o da reflexão sobre os próprios limites da linguagem e da racionalidade.

Na sociologia, pensadores como Weber (2015), Berger & Luckmann (2014) compreendem o sentido como produto coletivo, estabilizado por instituições, normas e estruturas simbólicas. Aqui, o sentido é algo que se constrói socialmente e se legitima por

processos de objetivação e interiorização. A autópsia dos sentidos desloca esse enfoque: o sentido não é tomado como estrutura externa, mas como processo interno de desestruturação, no qual a razão se confronta com sua própria insuficiência e com a impossibilidade de se tornar plenamente transparente a si mesma.

Na epistemologia, autores como Popper (2005) e Kuhn (2020) buscam, por caminhos distintos, reduzir a incerteza: seja pela refutação progressiva das teorias, seja pela substituição de paradigmas científicos. Mesmo quando crítica, a epistemologia permanece orientada à produção de critérios de validade e de racionalidade. A autópsia dos sentidos opera de modo inverso: não visa reduzir a incerteza, mas habitá-la, reconhecendo-a como condição constitutiva do próprio pensar.

Essas comparações não pretendem estabelecer hierarquias entre campos, mas situar regimes distintos de produção do sentido. Enquanto literatura, sociologia e epistemologia operam no plano da representação, da estrutura social ou da validação do conhecimento, a autópsia dos sentidos desloca a análise para um plano meta-reflexivo: o da experiência do próprio pensar quando seus mapas deixam de funcionar.

O ensaio, assim, não busca explicar o mundo, organizar o social ou validar o conhecimento, mas expor o ponto em que todo sistema de sentido falha. Não se trata de produzir novos mapas, mas de investigar o que acontece quando se reconhece que todo mapa é estruturalmente incompleto.

Em termos conceituais, o interesse não recai sobre o conteúdo do sentido, mas sobre a experiência filosófica de sua instabilidade. É nesse deslocamento que a figura do autor se aproxima menos da do teórico e mais da do *cartógrafo do limite do pensar*: aquele que não descreve territórios, mas mapeia os pontos em que a própria possibilidade de orientação se desfaz.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A aplicação da autópsia do sentido aos campos do “nada”, do “não-lugar” e do “indizível” permitiu evidenciar que aquilo que, à primeira vista, poderia parecer estapafúrdio corresponde, na realidade, a uma linhagem profunda do pensamento filosófico. Desde seus primórdios, a filosofia já se confrontava com aquilo que escapa à determinação. Quando Anaximandro (2008; 1996), filósofo do século VI a.C., introduz o *ápeiron* como princípio originário do real, afirmando que o fundamento do ser não possui forma, medida nem

localização. De modo correlato, Parmênides (1996), filósofo do século V a.C., ao interditar o pensamento do não-ser, acaba instaurando uma tensão que atravessa toda a história da ontologia, pois aquilo que não pode ser pensado permanece, paradoxalmente, como o limite que estrutura o próprio pensamento. Heráclito (apud Graham, 2023), filósofo do final do século VI a.C., ao afirmar que a “harmonia nasce do conflito”, já indicava que a contradição não é uma falha, mas a própria dinâmica do real.

Essas intuições inaugurais reaparecem de modo sistemático na modernidade com Kant (2009), quando as antinomias revelam que a razão, ao tentar totalizar o mundo, entra inevitavelmente em contradição consigo mesma. Esse diagnóstico não destrói a racionalidade, mas a reconduz aos seus limites internos, abrindo um campo no qual o pensamento não pode mais se apoiar na estabilidade das categorias. É precisamente nesse ponto que a lógica da autópsia do sentido, proposta neste ensaio, começa a operar: o “bisturi da negação” retoma o gesto cartesiano da dúvida (Descartes, 2018) e o radicaliza na forma da dialética negativa de Adorno (2009), suspendendo o dado para revelar suas fissuras internas. Ao cortar o que parecia evidente, esse instrumento mostrou que o sentido não repousa sobre fundamentos imutáveis, mas sobre construções históricas e conceituais sempre passíveis de deslocamento.

Ao mesmo tempo, a “pinça do paradoxo” evidenciou que sustentar contradições não conduz ao colapso do pensamento, mas à sua intensificação. Esse procedimento encontra sua raiz tanto na ontologia do conflito de Heráclito (apud Graham, 2023) quanto nas lógicas não clássicas e na recusa adorniana da síntese reconciliadora (Adorno, 2009). “O nada”, analisado sob essa lente, confirmou a hipótese de que existe uma topologia do paradoxo. Heidegger (2014) mostrou que o nada não é um objeto entre outros, mas aquilo que possibilita a abertura do ser. Essa concepção ressoa diretamente no problema do “não-ser” de Parmênides (1996), e no “*ápeiron*” de Anaximandro (2008; 1996), pois em todos esses casos o pensamento se vê confrontado com um fundamento que não pode ser determinado sem deixar de ser fundamento. A autópsia do sentido tornou visível que esse vazio ontológico não paralisa o pensamento, mas o mantém em estado de tensão produtiva.

Esse mesmo movimento se prolonga quando o “não-lugar” entra em cena. As formulações de Augé (2009) e Foucault (2015) sobre espaços que escapam à identidade, à função e à localização revelam que a ausência de coordenadas fixas não equivale à ausência de sentido. Pelo contrário, são precisamente essas zonas indeterminadas que permitem novas articulações simbólicas. A “lupa do não-lugar” ampliou essas regiões de instabilidade, enquanto o “mapa incompleto”, inspirado em Borges (2007), assumiu que nenhuma cartografia do sentido pode se fechar sobre si mesma. Aqui, a crítica de Bergson (2020) à espacialização do

tempo foi decisiva, pois mostrou que o fluxo da experiência não se deixa reduzir a unidades mensuráveis, assim como o sentido não se deixa capturar por mapas definitivos. O “não-lugar”, portanto, revelou-se como um herdeiro conceitual do “*ápeiron*”, um espaço sem fronteiras onde o pensamento pode se mover sem se fixar.

No campo do indizível, a investigação confirmou a hipótese de que o pensamento não se encerra nos limites da linguagem. Wittgenstein (2017) havia mostrado que aquilo que não pode ser dito não desaparece do horizonte do sentido, mas se manifesta como limite interno da linguagem. Essa intuição encontra afinidade profunda tanto com a “*différance*” de Derrida (1995), na qual o significado é sempre diferido e deslocado, quanto com as tradições orientais do “vazio”, em Lao-Tzu (2019) e Nāgārjuna (*apud* Lopez, 2026), para quem o vazio não é ausência, mas condição de possibilidade de toda forma. O “espelho reflexivo”, fundamentado em Hegel (2014) e Sartre (2015), tornou esse movimento visível ao permitir que o pensamento se observasse enquanto se confrontava com sua própria insuficiência. Perder-se, nesse contexto, não foi falhar, mas tornar-se capaz de recomeçar.

Nesse ponto, a análise desloca-se do plano ontológico e linguístico para o plano da experiência de si. A leitura foucaultiana da fenomenologia mostra que o sujeito não dispõe de uma instância capaz de reconciliar plenamente o vivido e o conhecido. A experiência de si se organiza como tensão entre a origem subjetiva da significação e sua destinação como objetividade abstrata no mundo. A consciência, longe de fundar essa unidade, apenas reinscreve a experiência como evento finito e contingente, preservando a distância entre o psicológico e o lógico (Foucault, 2021). O que se revela, assim, é que a fratura não é um acidente do pensamento, mas sua própria condição estrutural.

A “balança da impossibilidade” consolidou esse quadro ao mostrar que os limites da razão, longe de serem obstáculos, constituem campos ativos de investigação. Kant (2009) já havia indicado que a razão entra em contradição quando tenta ultrapassar a experiência possível, enquanto Heidegger (2014) e Wittgenstein (2017) mostraram que há dimensões do ser e do sentido que não podem ser plenamente ditas sem, por isso, deixarem de operar. A impossibilidade, assim, não marcou o fim do pensamento, mas sua abertura.

A Lógica conceitual do pensamento estapafúrdio

O conjunto dos resultados obtidos pela autópsia do sentido revela que o pensamento, quando deslocado das coordenadas clássicas de identidade, localização e mensuração, não se

dissolve no irracional, mas passa a operar segundo um outro regime de inteligibilidade. Esse regime pode ser caracterizado como uma lógica paradoxal e reflexiva, na qual o sentido não se apresenta como algo dado, mas como algo que se produz no próprio movimento de sua instabilidade.

Essa lógica já estava anunciada, de modo inaugural, no “*ápeiron*” de Anaximandro (2008; 1996), filósofo do século VI a.C., entendido como princípio indeterminado a partir do qual todas as formas emergem, e no problema do “não-ser” em Parmênides (1996), filósofo do século V a.C., que inscreve no interior do pensamento aquilo que não pode ser afirmado sem contradição. Em ambos os casos, o pensamento é confrontado com um limite que não o bloqueia, mas o obriga a operar em uma região onde identidade e determinação deixam de ser absolutas.

Esse mesmo movimento reaparece, em chave crítica, na modernidade. As antinomias da razão em Kant (2009) mostram que a racionalidade, ao tentar totalizar o real, entra em contradições estruturais. Longe de serem meros erros, essas contradições revelam que o pensamento possui uma topologia própria, na qual certas questões só podem ser formuladas à custa da perda de estabilidade conceitual. Essa topologia do paradoxo é retomada por Adorno (2009), quando a dialética negativa recusa a reconciliação e preserva a não identidade como princípio crítico.

Negatividade, vazio e reflexividade

A autópsia do sentido tornou visível essa lógica ao mostrar que o nada, tal como pensado por Heidegger (2014), não é um objeto, mas uma zona de abertura; que o não-lugar, conforme indicado por Augé (2009) e Foucault (2015), não é ausência de sentido, mas campo simbólico instável; e que o indizível, em Wittgenstein (2017) e Derrida (1995), não representa um fracasso da linguagem, mas a marca de sua produtividade diferencial. Em todos esses casos, o pensamento não opera por fixação, mas por deslocamento.

A crítica de Bergson (2020) à espacialização do tempo ilumina ainda mais essa lógica. Assim como a duração não pode ser dividida em unidades sem perder sua natureza, o sentido não pode ser mensurado sem que se destrua seu movimento próprio. O pensamento estapafúrdio, nesse contexto, não mede, mas acompanha; não localiza, mas habita; não resolve, mas sustenta.

Essa lógica encontra afinidades profundas também com as tradições do vazio no pensamento oriental. Em Lao-Tzu (2019), filósofo do século VI a.C., o vazio não é carência, mas condição de uso e de abertura; em Nāgārjuna, filósofo do século II, conforme Lopez (2026), a vacuidade impede que os entes se absolutizem, mantendo o real em fluxo relacional. O que a autópsia do sentido revelou, ao seu modo, é exatamente esse mesmo princípio: o sentido só emerge porque não se fixa. É nesse horizonte que o espelho reflexivo, tal como pensado em Hegel (2014) e Sartre (2015), adquire sua função decisiva. O pensamento não se limita a operar nesse regime paradoxal; ele passa a reconhecer que é esse regime que o constitui. Pensar, aqui, é observar-se perder e, nesse mesmo gesto, produzir novas formas de inteligibilidade.

A lógica do pensamento estapafúrdio, portanto, não representa a abdicação da razão, mas a explicitação de sua condição mais profunda. Trata-se de uma racionalidade que já estava inscrita, desde os primórdios da filosofia, no “*ápeiron*”, no “não-ser” e no “vazio”, e que a autópsia do sentido apenas tornou visível ao expor os órgãos internos do pensar em seu próprio funcionamento.

Implicações epistemológicas da autópsia do sentido

Essa lógica já estava anunciada, de modo inaugural, no “*ápeiron*” de Anaximandro (2008; 1996), entendido como princípio indeterminado a partir do qual as formas emergem. Em Heráclito (1996), essa indeterminação assume a forma explícita do devir e da contradição como estrutura do real, reguladas por um “*Logos*” comum que, embora racional, permanece obscuro à maioria dos homens. O conflito dos opostos não é desordem, mas condição de harmonia. Já em Parmênides (1996), o pensamento é confrontado com o problema do “não-ser”, que inscreve no interior da razão aquilo que não pode ser afirmado sem contradição.

Em todos esses casos, o pensamento se depara com um limite que não o bloqueia, mas o obriga a operar em uma região onde identidade e determinação deixam de ser absolutas (Kirk, Raven & Schofield, 1983).

Esse movimento reaparece, em chave crítica, na modernidade. As antinomias da razão em Kant (2009) mostram que a racionalidade, ao tentar totalizar o real, entra em contradições estruturais. Essas contradições revelam que o pensamento possui uma topologia própria, na qual certas questões só podem ser formuladas à custa da perda de estabilidade conceitual, como observam Adorno (2009) e Wittgenstein (2017). A topologia do paradoxo é retomada por

Adorno quando a dialética negativa recusa a reconciliação e preserva a não identidade como princípio crítico.

Esse mesmo problema reaparece, sob formas distintas, em outros campos. Na literatura moderna, Kafka (1997), Beckett (2015) e Lispector (1998) encenam o indizível como experiência estética; na sociologia, Weber (2015), Berger & Luckmann (2014) analisam o sentido como produto coletivo estabilizado; e, na epistemologia, Popper (2005) e Kuhn (2020) buscam administrar a incerteza por critérios de validação e mudança de paradigmas. A autópsia dos sentidos desloca todos esses enfoques ao tratar o limite não como objeto a ser explicado, mas como experiência reflexiva do próprio pensamento sobre sua instabilidade, operando, assim, como um gesto meta-epistemológico que não visa resolver o paradoxo, mas torná-lo visível como condição estrutural do pensar.

Nesse cenário, a autópsia dos sentidos não se apresenta como uma nova teoria do conhecimento, mas como um deslocamento meta-epistemológico dessas tradições. Se em Anaximandro, Heráclito, Parmênides e Kant o limite do pensar aparece como problema ontológico ou lógico, aqui ele é tratado como experiência reflexiva do próprio pensamento sobre sua instabilidade. A autópsia dos sentidos não busca resolver o paradoxo, mas expô-lo como condição estrutural do pensar, transformando o limite não em obstáculo, mas em campo de investigação.

Assim, o limite do pensar deixa de ser apenas um tema filosófico e passa a ser o próprio método. O pensamento não é mais concebido como instrumento de representação do real, mas como processo que se dobra sobre si mesmo e se analisa no momento de sua falha. Nesse ponto, a figura do sujeito cognoscente cede lugar à do cartógrafo do limite do pensar: aquele que não descreve territórios do saber, mas acompanha os momentos em que a orientação conceitual se dissolve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve como objetivo central investigar a legitimidade filosófica de um pensamento que se assume paradoxal e reflexivo como forma de produção de sentido, interrogando se a razão pode operar de maneira rigorosa para além das coordenadas clássicas de identidade, localização e mensuração. Partindo da formulação inicial do desencontro com o encontrado e da tentativa de localizar o não localizável, buscou-se compreender de que modo

o “paradoxo”, o “não-lugar” e o “indizível” poderiam deixar de ser tratados como falhas do pensamento e passar a ser reconhecidos como operadores legítimos da racionalidade.

Para atingir esse objetivo, adotou-se uma metodologia de caráter teórico-reflexivo, estruturada a partir da metáfora da autópsia do sentido. Em vez de aplicar um método externo ao pensamento, o ensaio expôs o próprio pensar às suas condições internas de funcionamento, utilizando instrumentos conceituais figurativos, como o “bisturi da negação”, a “pinça do paradoxo”, a “lupa do não-lugar”, a “balança da impossibilidade”, o “espelho reflexivo” e o “mapa incompleto”, como dispositivos analíticos. Esses instrumentos não tiveram por finalidade resolver contradições, mas torná-las visíveis, sustentando zonas de indeterminação como campos ativos de investigação filosófica.

Os principais resultados indicaram que o pensamento não se fragiliza quando perde suas coordenadas clássicas, mas se reorganiza em um regime distinto de racionalidade, o que foi sustentado pelos cruzamentos teóricos realizados ao longo do ensaio. A análise do nada, em diálogo com Anaximandro, Parmênides e Heidegger, mostrou que o vazio não é simples ausência, mas condição de abertura do sentido.

Por sua vez, a cartografia do não-lugar, inspirada em Augé, Foucault e Bergson, revelou que o sentido pode emergir em espaços simbólicos desprovidos de localização fixa. O exame do indizível, a partir de Wittgenstein, Derrida, Hegel e Sartre, indicou que os limites da linguagem não encerram o pensamento, mas intensificam sua reflexividade. Esses resultados confirmaram as três hipóteses formuladas, demonstrando a existência de uma topologia do paradoxo, de uma cartografia do não-lugar e de um habitar produtivo do indizível.

Embora o ensaio tenha adotado uma abordagem qualitativa, conceitual e exploratória, o conjunto de autores mobilizados e a coerência interna do percurso desenvolvido mostraram-se suficientes para responder à questão norteadora da pesquisa. Foi possível sustentar, com base nos cruzamentos teóricos realizados, que uma forma de racionalidade paradoxal, não mensurável e reflexiva não apenas é possível, como constitui um modo profundo e rigoroso de produção de sentido.

Em termos conceituais, isso significa que o pensamento não precisa mais buscar um ponto fixo de verdade para operar. O desencontro com o encontrado não é interpretado como erro, mas como indício de que o sentido se produz no próprio movimento de busca. Do mesmo modo, a tentativa de localizar o não localizável não conduz ao fracasso, mas revela que há formas de inteligibilidade que não dependem de espaço, medida ou identidade estável. Assim, a estapafúrdia deixa de ser apenas uma noção abstrata e passa a designar uma estratégia concreta

de pensamento: investigar sem totalizar, compreender sem encerrar e sustentar o paradoxo como condição mesma da racionalidade.

Contudo, é preciso reconhecer que o caráter conceitual e ensaístico da investigação também impõe limites ao alcance de seus resultados. A autópsia do sentido opera prioritariamente no plano teórico, não pretendendo oferecer validações empíricas nem aplicações sistemáticas dos instrumentos propostos. Além disso, o recorte filosófico privilegiou determinadas tradições e autores, o que implica a exclusão inevitável de outras perspectivas igualmente relevantes. Esses limites, longe de invalidarem o percurso realizado, indicam antes a abertura estrutural do próprio projeto, que se reconhece como parcial, situado e necessariamente inacabado.

Nesse cenário, a autópsia do sentido conduz também a uma conclusão sobre a própria condição do sujeito que pensa. A leitura foucaultiana da fenomenologia mostra que a experiência de si não se organiza como unidade transparente, mas como tensão permanente entre a origem subjetiva da significação e sua destinação como objetividade abstrata no mundo. O sujeito moderno não coincide consigo mesmo: ele se reconhece apenas de forma parcial, atravessado por uma distância irreduzível entre o vivido e o conhecido, entre o psicológico e o lógico (Foucault, 2021). A impossibilidade de fechamento do sentido não é, portanto, apenas uma característica dos objetos analisados, mas uma condição estrutural da própria experiência reflexiva. Pensar é, nesse sentido, habitar uma fratura, e não a superar.

A partir desse deslocamento, a posição assumida pelo autor aproxima-se menos da figura clássica do teórico que pretende fundar sistemas explicativos e mais da do cartógrafo do limite do pensar. Não se trata de descrever territórios estáveis do saber, mas de mapear as zonas em que a própria orientação conceitual se desfaz, onde a razão se desorienta, entra em paradoxo e se confronta com o indizível. A tarefa filosófica, assim compreendida, não consiste em oferecer garantias de sentido, mas em acompanhar os movimentos de sua instabilidade, tornando visíveis os pontos em que o pensamento já não pode mais assegurar a si mesmo como fundamento.

Diante desse estudo, podemos afirmar que se abrem caminhos para investigações futuras. A autópsia do sentido pode ser aprofundada em diálogos com outras tradições filosóficas, como a fenomenologia, a filosofia da linguagem contemporânea e as epistemologias não ocidentais. Em continuidade, seus instrumentos conceituais podem ser aplicados à análise de fenômenos culturais, artísticos e científicos, nos quais o sentido se produz justamente em zonas de instabilidade.

Nesse horizonte, impõe-se ainda um desafio evolutivo, moderno e decisivo: interrogar em que medida sistemas de inteligência artificial, operando por modelos formais de linguagem e inferência, podem funcionar como dispositivos auxiliares na compreensão dos próprios limites do pensamento humano (*i.e.*, não como sujeitos autônomos de sentido, mas como ferramentas heurísticas de contraste e problematização). Mais do que protagonistas da produção de sentido, esses sistemas podem ser tomados como instrumentos técnicos que tornam visível, por contraste, a dimensão paradoxal, indizível e reflexiva da experiência humana. A inteligência artificial não habitaria o sentido, mas o espelharia de forma negativa, ao evidenciar que há dimensões do pensar (como a perda, a abertura e a autointerrogação) que não se deixam reduzir a operações formais. Assim, longe de encerrar a discussão, este ensaio propôs um modo de habitar o pensamento no qual perder-se deixa de ser falha e passa a ser condição para que novas formas de compreensão possam emergir, inclusive no diálogo crítico entre o humano, o técnico e o inteligível.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, (1966) 2009, 352 p. ISBN: 978-8537801437.
- ANAXIMANDRO de Mileto. O Fragmento Subsistente de Anaximandro. In: **Os Filósofos Pré-Socráticos**. KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Tradução de Carlos Alberto Louro Fonseca, 7.a ed, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (c. 600 a.C.) 2008, p. 117–131 (546 p.). ISBN: 978-9723105032.
- ANAXIMANDRO de Mileto. **Fragmentos**. In: DIELS, Hermann; KRANZ, Walther. Os pré-socráticos. Tradução de Carlos Alberto Louro Fonseca, São Paulo: Nova Cultural, (c. 610–546 a.C.) 1996, p. 35–38.
- AUGÉ, M. **Não-Lugares**: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. [PDF]. Tradução Miguel Serra, Lisboa: 90 Graus, 2009, 101 p. ISBN: 972-8964020. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/322018/Marc+Aug%C3%A9+N%C3%A3o-lugares+%281%29.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2026.
- BECKETT, S. **Esperando Godot**. São Paulo: Cosac Naify, 2015, 192 p. ISBN: 978-8540507265.
- BERGER, P. L.; & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Ed. 36, Petrópolis: Editora Vozes, 2014, 240 p. ISBN: 978-8532605986.
- BERGSON, H. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Traduzido por Maria Adriana Camargo Cappello, São Paulo: Edipro, (1889) 2020, 192 p. ISBN: 978-8552101253.
- BLOCH, E. **O Princípio Esperança**. Tradução: Nélio Schneider. Vol. I, Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: EDUERJ, 2005, 434 p. ISBN: 9788585910723.
- BONIFÁCIO, F. R. **O Direito à Cidade na Constelação do Pensamento Lefebvriano**. [PDF]. Ano 34, Vol.1, n. 52. São Paulo: Terra Livre, 2019, p. 126-162 (38 p.). Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/download/1629/1471/4441>>. Acesso em: 05 jan. 2026.
- BORGES, J. L. **Outras inquisições**. Traduzido por Davi Arrigucci Jr., Título original: *Otras inquisiciones* (1952), São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 232 p. ISBN: 978-8535911244.
- COLUNAS TORTAS. **Heráclito de Éfeso**: quem foi, o que defendia. Veja aqui!. [online]. [s.l.]: Colunas Tortas, 18 out. 2024, [n.p.]. Disponível em: <<https://colunastortas.com.br/heraclito-de-efeso/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

- DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. Traduzido por Edson Bini, 1 ed., São Paulo: Edipro, (1641) 2018, 128 p. ISBN: 978-8572839532.
- DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. [online] [PDF], Coleção Debates, ed. 2, São Paulo: Perspectiva, (Título Original *L'écriture et la différence*, 1967) 1995, 252 p. Disponível em: <<https://ia600301.us.archive.org/26/items/DERRIDAJacquesAEscrituraEADiferena/DERRIDA,%20Jacques%20-%20A%20escritura%20e%20a%20diferen%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- FOUCAULT, M. **Phénoménologie et psychologie**: Idioma francês. 1953-1954. Paris: *Gallimard/Seuil*, (1953-1954) 2021, 440 p. ISBN: 978-2021452693.
- FOUCAULT, M. **Outros espaços**. In: Estética: literatura e pintura, música e cinema (Ditos e escritos, vol. III), 4. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1967) 2015, p. 411-422 (512 p.). ISBN: 978-8530964184.
- GRAHAM, D. W. **Heraclitus**. [online], Idioma ingles. Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy: Winter, 2023 Edition*, [n.p.]. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2023/entries/heraclitus/>>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- HEIDEGGER, M. **¿Qué es metafísica?** Tradução de Helena Corts Gabaudan; Arturo Leyte Coello. (Coleção Os Pensadores). Idioma espanhol, Madrid, Espanha: Alianza Editorial Sa, (1929) 2014, 96 p. ISBN: 978-8420691275.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Traduzido por Paulo Meneses et al., 9. Ed, Petrópolis: Vozes, (1807) 2014, 552 p. ISBN: 978-8532627698.
- Internet Encyclopedia of Philosophy (IEP). **Metaphilosophy** (Significado). [online], Idioma ingles. ISSN: 2161-0002, *United Kingdom: IEP and its Authors*, 17 nov. 2010/2017, [n.p.]. Disponível em: <<https://iep.utm.edu/con-meta/>>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- KAFKA, F. **A metamorfose**. Tradução de Modesto Carone . Ed. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 96 p. ISBN: 978-8571646858.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. 1. Ed, Lisboa: Martin Claret, (1781) 2009, 653 p. ISBN: 978-8572327695.
- KIERKEGAARD, S. **O Desespero Humano**. São Paulo: Martin Claret, 2002, 128 p. ISBN: 978-8572324922.
- KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; & SCHOFIELD, M. **Os filósofos pré-socráticos**. Trad. Calor Iberto Louro Fonseca. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, 544 p. ISBN: 978-9723105032.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Ed 1., São Paulo: Perspectiva, 2020, 324 p. ISBN: 978-8527301114.
- LAO-TZU. **Tao Te Ching**: O Tratado do Caminho e da Virtude. [online], [PDF], traduzido por Fāng Chén. Registro nº 801.465. [s.l.]: Biblioteca Nacional, 1. Ed., (c. século VI a.C.) 2019, 604 p. Disponível em: <<https://luzdovazio.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/08/lao-tzu-tao-te-ching-fang-chen.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2026.
- LEFEBVRE, H. **Le Manifeste Différentialiste**. Idioma Francês. Paris: Gallimard, 1970, 192 p. ISBN: 9782070352173
- LEFEBVRE, H. **Metaphilosophy**. Reviewed by Tony Lack. Idioma Ingles. *New York*: Verso, 2016, 384 p. ISBN: 1784782742.
- LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998, 192 p. ISB: 978-6555320060.
- LOPEZ, D. S. **Nāgārjuna**: filósofo budista. [online]. [s.l.]: Britânica, 28 de março de 2024, [n.p.]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Nagarjuna>>. Acesso: em 17 de janeiro de 2026.
- NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**. Traduzido por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, (1886) 1992, 272 p. ISBN: 978-8571642676.
- PARMÊNIDES de Eleia. **Sobre a natureza** (fragmentos). In: DIELS, Hermann; KRANZ, Walther. Os pré-socráticos. São Paulo: Nova Cultural,(c. 480 a.C.) 1996. p. 87–102.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. volume 1 : a intriga e a narrativa histórica. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2012, 379 p. ISBN: 9788578270537.

- PARMÊNIDES. **Poema**. In: KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Os filósofos pré-socráticos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. p. 240–270.
- POPPER, K. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Ed. 2, São Paulo: Cultrix, 2005, 456 p. ISBN: 978-8531612503.
- SARTRE, J.-P. **Existencialismo é um humanismo**. Traduzido por João Batista Kreuch. 4. ed., Petrópolis: Vozes do Bolso, 2014, 64 p. ISBN: 9788532642868.
- SARTRE, J.-P. *L'Être et le néant: Essai d'ontologie phénoménologique*. Idioma Francês. Tratado filosófico, Paris: *Librairie Gallimard*, 1943, 722 p.
- SARTRE, J.-P. **O Ser e o Nada**. Traduzido por Paulo Perdigão. Série: Pensamento Humano, 24 ed., Petrópolis: Vozes, 2015, 832 p. ISBN: 9788532617620.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Ed. 4, 2 v., Brasília: Editora UnB, 2015, 584 p. ISBN: 978-8523003906.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3 ed. São Paulo: Edusp, (1921) 2017, 280 p. ISBN: 978-8531400933.

SOBE O AUTOR

IRAÊ CÉSAR BRANDÃO



O autor dedica-se à investigação das contradições do cotidiano, da potência do pensamento reflexivo e dos processos de transformação subjetiva que emergem nas interseções entre linguagem, tecnologia e experiência. Sua trajetória transita por campos como tecnologia da informação, comunicação, educação e escrita, articulados por uma inquietação intelectual permanente e pelo interesse em compreender os limites e as possibilidades da racionalidade contemporânea.

Em constante processo de formação e atualização teórica, mantém uma rotina sistemática de estudos, orientada pela curiosidade epistemológica e pelo desejo de analisar criticamente os desafios do mundo moderno. Seus interesses de pesquisa envolvem promover diálogos interdisciplinares entre profissionais de TI, educadores, gestores e pesquisadores, estimulando a circulação de ideias, a criação de soluções inovadoras e a reflexão sobre os impactos culturais, éticos e sociais das tecnologias emergentes. Sua atuação é guiada pelo compromisso com o desenvolvimento humano e com a produção de conhecimento crítico, buscando contribuir para uma compreensão mais reflexiva da experiência na modernidade e para a construção de práticas colaborativas fundamentadas na responsabilidade ética e intelectual.

Formações Acadêmicas: Graduado em Gestão de Tecnologia da Informação (UNICSUL); MBA Executivo em Segurança Cibernética (FI) e MBA Executivo em Gestão Estratégica de *Marketing*, Planejamento e Intelig. Competitiva (FI).

Pós-graduado e especialista nas seguintes áreas:

- Filosofia (FAAL);
- Sociologia (FAAL);
- Uso Educacional da Internet (UFLA);
- Docência do Ensino Superior e Neuropsicologia (Faculeste);
- Docência em Administração (Faculeste);
- Docência para Educação Profissional e Tecnológica (Faculeste);
- Ciências da Natureza, suas Tecnologias e Mundo do Trabalho (UFPI);
- Linguagens, suas Tecnologias e Mundo do Trabalho (UFPI);
- Matemática e suas Tecnologias e Mundo do Trabalho (UFPI);
- *Cybercrime* e *Cybersecurity*: Prevenção e Investigação de Crimes Digitais;
- Neurociências Cognitivas e Processos Psicológicos;
- Perícia Forense Aplicada a Informática.

Aperfeiçoamentos e Formação Complementar: Com um olhar atento às transformações educacionais e tecnológicas, o autor investe continuamente em aperfeiçoamentos alinhados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo formações nas áreas de Mundo do Trabalho, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Linguagens e suas Tecnologias, por meio de plataformas como AVAMEC e SEB. Sua trajetória inclui uma sólida formação extracurricular em Desenvolvimento de Sistemas, Programação Web e diversas linguagens de programação (*JavaScript*, *HTML*, *CSS*, *Python*, *C#*, entre outras), bem como especializações em *Azure*, *Power BI*, *Marketing* Digital, Qualidade e Testes de *Software* (Q&A), Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), Educação Midiática, Perícia Forense Computacional, Empreendedorismo, Ciências Contábeis, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), *Cloud Computing*, Inteligência Artificial e *Machine Learning*, entre outras áreas voltadas à Tecnologia da Informação.

Área de Atuação: Atua como empresário na área de Tecnologia e Segurança da Informação há mais de 25 anos. Na Educação, integra a Rede Estadual de Ensino, lecionando Tecnologia da Informação em cursos técnicos e nas disciplinas do Novo Ensino Médio, com foco nas competências da BNCC. Também exerce atividades como tutor universitário, ampliando seu alcance na formação de novos profissionais.



<https://orcid.org/0000-0002-2079-0615>



<https://www.linkedin.com/in/irae-cesar-brandao-a2112b69/>



<http://lattes.cnpq.br/3757125329283407>



<https://www.researchgate.net/profile/Irae-Brandao-2>